

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Requer informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca do encontro que teve com jornalistas, no dia 2/2/2024, em que, entre outros, correlaciona sem evidências a privatização de presídios com a infiltração do crime organizado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Sr. Sílvio Almeida, o presente Requerimento de Informação, acerca do encontro que teve com jornalistas, no dia 2/2/2024.

Conforme a matéria divulgada pela CNN¹ e outros canais², o Ministro defendeu que abrir espaço para a iniciativa privada não é solução para resolver o problema dos presídios. Segundo as palavras do Sr. Ministro:

- “Privatização, seja de presídio, seja de sistema socioeducativo, abre espaço para infiltração do crime organizado”;
- “Abre espaço para que o crime organizado tenha mais um pedacinho do estado brasileiro”;
- “não deu certo em lugar nenhum”;

1 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-decreto-de-ppis/>

2 <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/02/privatizacao-de-presidios-abre-espaco-para-infiltracao-do-crime-organizado-diz-silvio-almeida>
<https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/governo/privatizacao-abre-espaco-para-o-crime-organizado-diz-silvio-almeida-sobre-presidios>



- “A gente sabe que, no final das contas, vira privatização da execução da pena e isso não pode acontecer. E não só por vontade política, mas porque isso é inconstitucional, é ilegal”;
- “porque vai abrir espaço para o lucro, ainda mais num esquema como esse”.

Publicamente, o Sr. Almeida é um defensor de políticas públicas lastreadas em evidências. Por essa razão, é ainda mais fundamental, com dados, entender as evidências da correlação ou da associação da privatização de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado, como afirmado pelo Ministro.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministro reconhece como importantes para a compreensão dos fatos, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem:

1. Em quais estudos e evidências o Ministro se baseou para defender e correlacionar que a privatização de presídios:

1.1. abre espaço para infiltração do crime organizado?

1.2. favorece o crime organizado a ter mais um “pedacinho do estado brasileiro”? Quais outros “pedacinhos” o Ministro conhece?

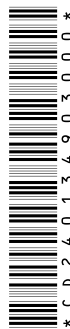
1.3. “não deu certo em lugar nenhum”?

Onde está a correlação? Em quais países a privatização de presídios não deu certo e por quais motivos? Como se dá o processo do crime organizado ter mais um “pedacinho do estado brasileiro” a partir da concessão de presídios? Apresentar os estudos e as evidências.

2. Apresentar a Nota Técnica e o Parecer Jurídico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que demonstra:

2.1. a correlação da concessão de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado;

2.2. que a privatização de presídios “vira privatização da execução da pena”;



2.3. a inconstitucionalidade e a ilegalidade apontadas pelo Ministro acerca da privatização de presídios;

2.4. a avaliação de que a privatização de presídios “não deu certo em lugar nenhum”

2.5. o favorecimento do crime organizado ter mais um “pedacinho do estado brasileiro”.

3. Como a construção de edifícios ou mesmo a concessão e a terceirização de alguns serviços em presídios representa transferir para uma empresa privada a execução da pena? Nesse raciocínio do Sr. Ministro, chegaríamos à conclusão de que o aço utilizado nas grades dos presídios deveria ser fabricado pelo governo, assim como a confecção das roupas dos detentos, caso contrário representaria também a transferência da execução da pena?

4. Quais são as evidências de que o governo é capaz de construir um edifício presídio de forma mais eficiente, segura e econômica do que a iniciativa privada? Apresentar os estudos que demonstram essas evidências.

5. A União possui servidores públicos concursados com competência legal para construir presídios? Quais são esses quantitativos de servidores e onde estão lotados?

6. Nos presídios federais, qual é a participação de serviços prestados diretamente pelo próprio governo e a participação indireta por terceiros, por tipo de serviço (alimentação, construção, manutenção, ressocialização, segurança dos detentos e dos visitantes, vestuário, limpeza, etc), em termos médios anuais nos últimos dez anos?

7. A fala relativa a ter “mais um pedacinho do estado brasileiro” sugere e revela, ao que parece, que o Sr. Ministro conhece outros casos de infiltração do crime organizado em instituições públicas. Em quais órgãos ou entidades do Estado o Sr. Ministro Sílvio



Almeida tem conhecimento de que o crime organizado seja detentor de “um pedacinho do estado brasileiro”?

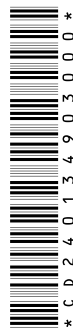
8. Quais providências o Sr. Ministro adotou após tomar conhecimento de que o crime organizado está infiltrado e tem “pedacinhos” do Estado brasileiro?

9. O Sr. Ministro explicou: “Se a gente abrir espaço para que haja esse tipo de coisa, vai virar um grande negócio e como um grande negócio pode haver a infiltração do crime organizado, porque vai abrir espaço para o lucro, ainda mais num esquema como esse”. Quais são as evidências e dados de que haverá infiltração do crime organizado decorrente da abertura de espaço para o lucro? Como esta infiltração criminosa e o lucro em concessões públicas está associada? Qual é esse “esquema” que o Sr. Ministro revelou conhecer?

10. O Sr. Ministro Sílvio Almeida se reuniu e conversou com o Sr. Ministro Haddad sobre a correlação/associação da privatização de presídio com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado? Em caso afirmativo, indicar quando e onde isso aconteceu e a ata da reunião.

11. Com quais outras autoridades do Governo o Sr. Ministro Sílvio Almeida se reuniu e conversou sobre essa correlação da privatização de presídio com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado? Apresentar as atas.

12. Enviar a Exposição de Motivos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, incluindo os documentos de suporte, que encaminhou a posição oficial da Pasta para o Palácio do Planalto, contendo a proposta sobre o tema, conforme dito pelo Ministro no encontro.



JUSTIFICATIVA

Em encontro com jornalistas, o Sr. Sílvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, fez afirmações severamente preocupantes, sem apresentar evidências e dados. Em especial, correlaciona a privatização de presídios com a abertura de espaço para infiltração do crime organizado e, ainda, expõe que essa privatização é inconstitucional e ilegal. Além disso, ao afirmar que a privatização favorece o crime organizado ter “mais um pedacinho do estado brasileiro”, sugere ter conhecimento de casos em que o crime organizado já é possuidor de “pedacinhos” do Estado brasileiro. Diante disso, o presente Requerimento de Informação, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mostra-se como o instrumento adequado para que o Sr. Ministro Almeida elucide claramente essas afirmações e apresente as evidências da correlação da privatização de presídios com a abertura de espaço para o crime organizado e sua presença dentro do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de fevereiro de 2024.

Deputada Adriana Ventura

(NOVO-SP)

Deputado Marcel Van Hattem

(NOVO-RS)

Deputado Gilson Marques

(NOVO-SC)





Requerimento de Informação **(Da Sra. Adriana Ventura)**

Requer informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca do encontro que teve com com jornalistas, no dia 2/2/2024, em que, entre outros, correlaciona sem evidências a privatização de presídios com a infiltração do crime organizado.

Assinaram eletronicamente o documento CD240134903000, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 3 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)

